



PRIMEIRO MINISTRO

CAMARADA PRESIDENTE DA ANP

CAMARADAS ...

Aproveitando o ensejo que a apresentação do relatório do Governo referente ao ano de 1986 me proporciona, não quero deixar de sublinhar com satisfação o nível das relações entre a Assembleia Nacional Popular e o Governo durante esta legislatura. Com efeito, na esteira do sucedido nos períodos anteriores, mas denotando uma clara, progressiva e positiva evolução, apraz-nos reconhecer o profissionalismo, a seriedade e o realismo que as têm caracterizado, quer no tratamento em conjunto de assuntos de interesse comum, quer no relacionamento decorrente das competências específicas de cada um desses órgãos de poder do Estado.

A democracia caboverdiana encontra a sua expressão mais elevada na ANP que, por sua vez, detém a responsabilidade de ser origem e suporte das demais instituições políticas do Estado. É com prazer que testemunhamos a progressiva consolidação da instituição, a melhoria da sua eficácia, o aprofundamento e alargamento do seu campo de acção, para crédito próprio e do regime caboverdiano.

Entendemos as relações entre os dois órgãos como relações entre instituições de objectivos convergentes, pela iden-

.../



tidade de programas, de ideário e de fundamentos políticos. As duas instituições experimentam uma dinâmica de crescimento orgânico, de consolidação estrutural e de definição e clarificação de funções e métodos. Tudo isso recomenda - e torna mesmo indispensável - uma confiança acrescida e uma colaboração aperfeiçoada dia a dia para maior eficácia do nosso trabalho em prol da consolidação do processo de promoção do desenvolvimento económico e social e de edificação da democracia em que estamos igual e profundamente empenhados.

Para o Governo têm sido muito úteis os debates desenvolvidos pela ANP bem como a forma dinâmica como tem assumido as altas competências que a Constituição lhe comete.

Através do seu Presidente, Camarada ABILIO DUARTE, que tem sabido dirigir esta Assembleia com o nível e a dignidade que a Nação lhe reconhece, queria renovar os meus votos de sucesso nesta legislatura e que este relatório do Governo seja para isso um contributo.

A acção governativa caboverdiana como, aliás, qualquer outra, exerce-se influenciada pelo ambiente internacional e interno que a envolve, impondo-lhe limites e caminhos próprios,



recomendando atitudes e medidas, condicionando a eficácia dos programas traçados, bem como a justeza das decisões.

Cabo Verde, país em que é grande a dependência do exterior, atribui uma atenção particular às suas relações externas. No domínio interno, o Governo, preocupado em honrar e dar conteúdo à política de democracia participativa, empenhou-se no reforço do entendimento nacional e da confiança do povo no futuro do país e no programa de desenvolvimento económico e social.

Em termos gerais pode dizer-se que, em 1986, a conjuntura internacional continuou marcada por factores desfavoráveis, quer no domínio político, quer no económico.

No domínio político, persistiram tensões decorrentes de diversas crises que, infelizmente, caracterizam a vida internacional do nosso tempo: crise de disputa da hegemonia; crise de reajustamento de um sistema cujo equilíbrio se fundava na colonização e na dependência; crises oriundas de contradições de interesses nacionais exacerbados.

O Terceiro Mundo é o mais afectado por essa situação. Por um lado, porque muitas das tensões actuais são manifestações de tentativas que visam recuperar o que muitos consideram desvios resultantes de rupturas diversas que, ao longo das duas últimas



décadas, provocaram situações consideradas de desequilíbrio político e estratégico em regiões inteiras, um pouco por toda a parte, nomeadamente na América Central, na África e no Médio Oriente. Por outro, porque o equilíbrio de forças estabelecido dissuade as grandes potências do confronto directo.

Em nome desse equilíbrio global, mas por intermédio de inúmeros e contraditórios interesses locais, o Terceiro Mundo conheceu, em 1986, o recrudesimento de diversas situações de instabilidade, crise política e guerra, enquanto, em termos mundiais, prosseguia o enfraquecimento da tessitura de organizações multilaterais pacientemente estabelecida no após guerra, como forma de participação e regulação pacífica dos interesses das nações.

Em termos globais, adensou-se a insegurança política com a persistência do conflito latente entre as grandes potências, em / resultado do qual fracassaram todas as tentativas de entendimento. Enquanto isso, a nível regional, persistiam conflitos sem que se vislumbrasse nenhuma solução, agravando-se mesmo, em algumas zonas.

Em África, apesar da boa vontade da OUA, das diligências conduzidas no continente e no mundo e da intervenção de alguns dos seus mais prestigiados dirigentes, não se conseguiu minorar os antagonismos entre alguns dos países membros, nem travar



situações de guerra localizada. Por um lado, bloquearam-se hipóteses de solução já esboçadas por consenso. Por outro, recrudeceu o conflito que opõe o apartheid aos povos do Continente, em especial aos países da Linha da Frente, mercê do endurecimento da atitude do regime da Africa do Sul e dum acréscimo de ingerência externa.

Essa situação política, aliada aos problemas económicos, fez de 1986 um ano de impasse para o Continente em geral e de crises sociais e políticas para diversos dos seus estados.

Na verdade, demonstrou-se mais uma vez a fragilidade do sistema económico e social dos países africanos, nomeadamente no que respeita às políticas económicas e financeiras dominantes e à dependência do sistema económico internacional.

É cada vez mais evidente que os problemas da economia africana são estruturais e decorrem fundamentalmente de relações económicas internacionais de dependência, de modelos, estruturas e políticas económicas internas inadequadas, bem como de comportamentos e atitudes incompatíveis com as exigências do desenvolvimento.

É, contudo, positivo que a Africa inteira tenha assumido esse diagnóstico e se tenha comprometido a adoptar as medidas de política interna, de relacionamento inter-regional e internacional necessárias à sua progressiva superação. É nessa base que



diversos países empreenderam já programas nacionais de reabilitação económica.

Apesar de suscitarem apreensões diversas, os programas internos tornaram-se imperiosos, devido aos grandes desequilíbrios existentes. É evidente que os países que realizam programas de reabilitação terão de suportar custos sociais elevados, pela própria natureza dos reajustamentos. Mas tais custos serão talvez um preço do desenvolvimento.

Entretanto, a Organização de Unidade Africana submeteu um programa global à ONU em Maio passado, para suscitar apoio e compreensão da comunidade internacional a vontade africana de sair da crise. Contudo, mesmo que seja demasiado cedo para um balanço, a nível da cooperação internacional ainda não se concretizaram as esperanças abertas pela Assembleia Geral Extraordinária da ONU.

Todo esse conjunto de acções é indispensável e inadiável, se a Africa não quiser ser marginalizada do processo global de desenvolvimento. Mas opções estritamente tecnocráticas não bastam para fazê-la sair do periodo de crise e incertezas que atravessa. A Africa encontra-se numa encruzilhada: ou se mobiliza para recuperar o atraso e integrar-se no processo de desenvolvimento mundial, ou se alarga irremediavelmente o fosso que a separa do mundo desenvolvido e é posta em questão a sua existencia como entidade cultural e política.

É sabido quanto os factores cultural e político são



PRIMEIRO MINISTRO

-7-

determinantes para o desenvolvimento. Quando se trata de povos, a mobilização dos factores cultural e político desempenha o mesmo papel que a mobilização da vontade a nível do indivíduo.

A Africa tem de mobilizar as suas energias profundas portadores de progresso e suscitar um movimento social imbuído da ideia de desenvolvimento, sob a liderança de movimentos políticos patriotas, perseverantes e socialmente eficazes, capazes de assumir e fazer assumir os custos impostos por um relançamento económico sustentado em bases seguras.

Neste ambiente internacional de instabilidade, de agressividade política e de pesadas incertezas económicas, Cabo Verde tentou prosseguir um relacionamento político e diplomático visando dois objectivos principais: primeiro, a consolidação da sua opção de não-alinhamento, centrada na busca permanente do diálogo, na solução pacífica dos diferendos, no respeito pela soberania; segundo, o apoio ao esforço de desenvolvimento nacional, apoio esse que deve assumir uma forma programada, estável e adequada às prioridades do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Concomitantemente, Cabo Verde tentou estar presente na discussão dos principais problemas que afectam a vida internacional, esforçando-se sempre por dar um contributo à altura das suas possibilidades.

Nessa óptica prosseguiu, em Africa, acções com vista a uma mais sólida integração no espaço geo-político a que naturalmente pertence, através de uma participação atenta nos principais eventos da vida do Continente e duma atitude dinâmica nos organismos sub-regionais. Ainda em Africa, Cabo Verde procurou contribuir para o fortalecimento da solidariedade e fraternidade que liga os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

.../